



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira  
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira  
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

## SUMÁRIO

- 1 - DELIBERAÇÃO DA MESA**
- 2 - ATAS**
  - 2.1 - Reunião de Comissões
- 3 - ORDENS DO DIA**
  - 3.1 - Plenário
  - 3.2 - Comissões
- 4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 4.1 - Plenário
  - 4.2 - Comissões
- 5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## DELIBERAÇÃO DA MESA

### DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2.601/2014

Abre crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa utilizando como fonte recursos resultantes da anulação parcial de dotações orçamentárias do próprio orçamento.

A Mesa da Assembleia Legislativa, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no inciso V do caput do art. 62 da Constituição do Estado e no art. 9º da Lei nº 21.148, de 15 de janeiro de 2014, que autoriza a Assembleia Legislativa a abrir créditos suplementares ao seu orçamento até o limite de 10% (dez por cento) da despesa nele fixada,

#### DELIBERA:

Art. 1º – Fica aberto crédito suplementar ao orçamento da Assembleia Legislativa no valor de R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), na forma constante no Anexo I desta deliberação.

Art. 2º – Para fins do disposto no art. 1º desta deliberação, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotações orçamentárias da Assembleia Legislativa, na forma constante no Anexo II.

Art. 3º – Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia Legislativa, em 10 de novembro de 2014.

Dinis Pinheiro, Presidente – Ivair Nogueira, 1º-Vice-Presidente – Hely Tarquínio, 2º-Vice-Presidente – Adelmo Carneiro Leão, 3º-Vice-Presidente – Dilzon Melo, 1º-Secretário – Neider Moreira 2º-Secretário – Alencar da Silveira Jr., 3º-Secretário.

## ANEXO I

(a que se refere o art. 1º da Deliberação da Mesa nº 2.601, de 10 de novembro de 2014)  
SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-1	9.000.000,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-3.3.90-0-10-7	3.100.000,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-4.4.40-0-10-1	1.500.000,00
1.01.1-01.122.701-2.009.0001-4.4.90-0-10-1	400.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>	<b>14.000.000,00</b>



## ANEXO II

(a que se refere o art. 2º da Deliberação da Mesa nº 2.601, de 10 de novembro de 2014)  
**ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	VALOR (R\$)
1.01.1-01.031.729-4.239.0001-3.1.90-0-10-1	14.000.000,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>	<b>14.000.000,00</b>



## ATAS

**ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, EM 4/11/2014**

Às 10h32min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Liza Prado (substituindo o deputado Tiago Ulisses, por indicação da liderança do BAM) e Maria Tereza Lara (substituindo o deputado Almir Paraca, por indicação da liderança do BMSC) e o deputado Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da liderança do BMSC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Maria Tereza Lara, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Liza Prado, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil (2) (21/8/2014); dos Srs. Frank Deschamp Lamas, presidente da Copanor (2) (30/8/2014); Alencar Santos Viana Filho, secretário de Desenvolvimento Regional (7/8/2014); Raimundo Benoni Franco, secretário de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste de Minas, e Samir Moysés, diretor-geral do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (14/8/2014); Célio Gonçalves Rios, superintendente em Minas Gerais da Fundação Nacional de Saúde, e Ricardo Augusto Simões Campos, presidente da Copasa-MG (21/8/2014); Márcio L. Murta Kangussu, diretor de Operação Norte da Copasa-MG (12/9/2014); e Hubert Brant Moraes, diretor-geral em exercício da Arsae-MG (2/10/2014). Comunica também o recebimento de mensagem pelo Fale com a Assembleia, em 24/6/2014, em que a Sra. Helena Lúcia Soares Almeida solicita visita ao Município de Ferros e aos Distritos de Sete Cachoeiras e Santo Antônio da Fortaleza, em virtude de sua preocupação com a mineradora Manabi, que busca licenciamento, no IBAMA, de um projeto de mineração em Morro do Pilar, que tem como objetivo o transporte do minério através de um mineroduto que captará a água desse rio. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.699/2014, do deputado Almir Paraca, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, as condições atuais de abastecimento público e de segurança hídrica no Estado;

nº 10.700/2014, do deputado Almir Paraca, em que solicita seja realizada visita à Câmara Municipal do Município de Buritis, no dia 12 de novembro de 2014, ocasião em que se realizará, às 9 horas, audiência pública proposta pelo Comitê de Defesa do Rio Urucuia, com vistas a debater a degradação de áreas de preservação permanente em decorrência da construção de barragens;

nº 10.701/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado relatório da visita realizada pela Comissão Extraordinária das Águas aos Municípios de Salinas e Coronel Murta, em 2 de junho deste ano, aos seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Meio Ambiente; Instituto Mineiro de Gestão das Águas; Ministério do Meio Ambiente; Agência Nacional das Águas; Departamento Nacional de Obras contra a Seca; Ibama; Ministérios Públicos Estadual e Federal; Movimentos dos Atingidos por Barragens e, ainda, ao Movimento dos Sem-Terra.

Em seguida, é aprovado relatório da visita aos Municípios de Salinas e Coronel Murta, que segue publicado após assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoa a reunião prevista para hoje, 4/11, às 14h30min, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, nos termos do edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de novembro de 2014.

Almir Paraca, presidente - Pompílio Canavez - João Leite - Duarte Bechir.

**RELATÓRIO DE VISITA****Comissão Extraordinária das Águas****Local visitado: Municípios de Salinas e Coronel Murta**

A requerimento dos deputados Almir Paraca e Rogério Correia, a Comissão Extraordinária das Águas visitou, em 2/6/2014, os Municípios de Salinas e Coronel Murta, para verificar as condições hídricas da bacia hidrográfica do Rio Jequitinhonha em razão da outorga concedida pela Agência Nacional das Águas - ANA - à empresa Sul Americana de Metais - SAM -, do Grupo Votorantim, para execução do projeto Vale do Rio Pardo.

Conhecendo o problema: o projeto Vale do Rio Pardo é um empreendimento minerário integrado - mina de ferro, usina de beneficiamento, mineroduto e estação de desaguamento da polpa de minério no Porto Sul (Bahia) -, conduzido pela empresa SAM em parceria com a empresa chinesa Honbridge Holdings Ltda. Por se tratar de um empreendimento integrado, situado nos Estados de



Minas Gerais e Bahia, o licenciamento ambiental é totalmente expedido pela União, por meio do Ibama. A principal outorga de água do empreendimento já foi concedida pela ANA em razão de a captação ocorrer em bacia hidrográfica de rio federal, o Jequitinhonha (vide Anexo I). Outorgas de menor porte de mananciais estaduais serão solicitadas a cada um dos estados envolvidos.

O projeto está na fase de obtenção de licença prévia, que constitui a primeira fase do processo de licenciamento ambiental. Nessa fase, a empresa entrega ao órgão licenciador o Estudo de Impacto Ambiental - EIA - e o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA - em que descreve com detalhes o empreendimento em toda sua vida útil, discriminando, entre outras informações, os impactos socioambientais e as propostas de medidas mitigadoras, e atesta a viabilidade técnica de sua implantação. O órgão licenciador analisa os estudos e pode ou não conceder a primeira licença. Após essa licença, a análise continua até a concessão das duas licenças seguintes, a de instalação e a de operação, que autorizam o empreendimento a funcionar.

Participaram da visita o deputado Almir Paraca, presidente da Comissão, o deputado Rogério Correia e o deputado federal Padre João. Participaram ainda o Sr. Jean de Carvalho Breves, gerente de Planejamento Energético da Cemig; o Sr. Joaquim Neres Xavier Dias (Kinca), prefeito de Salinas; o Sr. Filipe Ribeiro, coordenador estadual do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB; e a Sra. Cleonice de Sousa, representante dos Atingidos por Barragens da Comunidade Rio das Antas. Em Coronel Murta participaram da visita, além dos três deputados, representantes de movimentos sociais ligados à proteção à terra e à água, como sindicatos, MAB, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST - e Via Campesina.

Nas duas visitas ocorreram atos públicos de repúdio à construção do mineroduto que utilizará um grande volume de águas da represa de Irapé. Em Salinas, os presentes se reuniram no Centro de Convenções da cidade, onde aproximadamente 200 pessoas protestaram contra a concessão pela ANA da outorga de até 6.200 m<sup>3</sup>/h (aproximadamente 1,72 m<sup>3</sup>/s) de água do Rio Jequitinhonha para serem utilizados no processo de extração, beneficiamento e transporte do minério, conforme dito acima.

O gerente de Planejamento Energético da Cemig, Jean de Carvalho, acrescentou que a usina hidrelétrica de Irapé pode destinar atualmente 5,06 m<sup>3</sup>/s de água da barragem para outros usos que não a geração de energia elétrica, tais como dessedentação humana e animal, agricultura, pecuária, indústrias, etc. Em 2015, esse valor será ampliado para 6,98 m<sup>3</sup>/s. Essa informação reforçou a indignação dos presentes em Salinas, uma vez que o volume outorgado à SAM representa aproximadamente 34% do volume total disponível para usos múltiplos. O presidente da Comissão, deputado Almir Paraca, manifestou-se da seguinte forma em relação a esse percentual: “Hoje, o volume de Irapé pode ser suficiente para essa demanda, mas estamos enfrentando mudanças de clima e redução do nível de chuvas. É inseguro e até irresponsável disponibilizar essa água para a mineração, correndo o risco de impor privações sérias à população”. Sobre esse aspecto, o deputado Rogério Correia acrescentou: “Minas Gerais já tem preocupação com os recursos hídricos e essa região já sofre com pouca água. Como então transportar o minério via água?”.

O mineroduto cortará nove municípios do Estado de Minas Gerais - Águas Vermelhas, Berizal, Cural de Dentro, Fruta de Leite, Grão-Mogol, Novorizonte, Padre Carvalho, Salinas e Taiobeiras. Para permitir que a SAM instalasse o mineroduto, o governador do Estado editou o Decreto com Numeração Especial 30, de 22 janeiro de 2014, que declara de utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio ou constituição de servidão de passagem, todas as terras no trecho por onde ele passará. Em contrapartida, o deputado Rogério Correia apresentou o Projeto de Resolução nº 5.121, de 2014, que pretende sustar os efeitos desse decreto.

Na avaliação das pessoas que participaram da visita, o fato de o mineroduto ser subterrâneo não minimiza o problema, pois, no solo onde ele será enterrado, somente será permitido o cultivo de plantas de raiz muito rasa e não será autorizado o uso de arados ou implementos agrícolas, praticamente inviabilizando a utilização da terra nesses trechos. Para os parlamentares e especialistas, a ferrovia é o modal mais adequado para o transporte do minério, sendo ambientalmente mais adequada e podendo ser utilizada para outros fins, inclusive transporte de passageiros.

O deputado federal Padre João salientou que a região já foi prejudicada com a construção da hidrelétrica de Irapé -, a qual, segundo ele, inundou terras agricultáveis, contaminou a água do Rio Jequitinhonha e provocou muitas doenças - e será mais uma vez lesada por um empreendimento que levará o minério para fora do País: “Vão gerar emprego na China”.

A mobilização das populações das cidades atingidas pelo empreendimento da SAM também foi a proposta do representante da Pastoral da Terra de Montes Claros, Alexandre Gonçalves. Ele denunciou que uma mineradora foi implantada em Riacho dos Machados sem o consentimento da população, provocando muitos danos ambientais. “Se não houver mobilização, vão enfiar esse mineroduto goela abaixo”. Ele também sugeriu que os prefeitos dos municípios por onde passará o mineroduto revoguem as declarações de conformidades assinadas por seus antecessores para a implantação do empreendimento. O prefeito de Salinas, Joaquim Neres Xavier Dias (Kinca), solicitou mais apoio dos deputados para impedir a implantação do mineroduto. Sugeriu ainda uma reunião com todos os prefeitos da região para definir ações conjuntas contra o empreendimento.

Em Coronel Murta, na parte da tarde, foi realizada uma passeata com cerca de 500 pessoas. No local designado para visita, às margens do Rio Jequitinhonha, pôde-se perceber que o rio estava bem abaixo do seu volume histórico, com boa parte do seu leito descoberto e a água atingindo pouco mais que o calcanhar.

Às margens do rio, os deputados reiteraram mais uma vez a preocupação com o empreendimento e reforçaram a disposição de, junto com as comunidades atingidas, lutar para evitar a concretização do projeto minerário. Eles receberam uma carta elaborada por representantes das entidades que participaram da visita a Salinas, na parte da manhã. Na carta, as entidades rechaçam a construção do mineroduto e apresentam reivindicações para a região, como a implantação da reforma agrária, o transporte do minério por ferrovia e a formação de uma comissão deliberativa, formada por representantes das populações locais e gestores públicos para diagnóstico e planejamento do uso das águas do Rio Jequitinhonha. O documento foi lido pelo representante da Via Campesina, Erikson Jardim, e pelo representante do MAB, Aline Ruas.

Em síntese, a Comissão comprovou *in loco* a dificuldade, por parte da população de Salinas e Coronel Murta, em aceitar que se utilize a água, extremamente escassa nas regiões Norte de Minas e Jequitinhonha, para transportar minério de ferro da jazida em Grão-Mogol para o porto Sul, em Ilhéus, na Bahia.

**Anexo I - Outorga de uso de água - Barragem de Irapé - Agência Nacional de Águas****RESOLUÇÃO Nº 72, DE 20 DE MARÇO DE 2012**

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência que lhe foi atribuída pela Diretoria Colegiada, por meio da Portaria nº 84, de 12 de dezembro de 2002, torna público que o Diretor João Gilberto Lotufo Conejo, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000 e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6 de 1 de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2010 e nos elementos constantes no Processo nº 02501.000084/2010-46, resolveu:

Art. 1º Outorgar a Sul Americana S.A., CNPJ nº 08.289.492/0001-99, doravante denominada Outorgada, o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no Reservatório da UHE de Irapé, situado no rio Jequitinhonha, com a finalidade de mineração, no Município de Berilo, Estado de Minas Gerais, com as seguintes características:

Coordenadas geográficas do ponto de captação :		16° 44' 18,00" Latitude Sul	42° 34' 31,00" Longitude Oeste
Vazão:	Vazão média (m³/h)	Vazão máxima instantânea (m³/h)	Volume mensal (m³/mês)
	5.828,00	6.200,00	4.196.160,00
Regime de operação:	horas/dia	dias/mês	Volume anual (m³):
	24	30	51.053.280,00

Parágrafo único. A Outorgada deverá, no prazo de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da data de publicação desta Resolução, implantar, operar e manter em funcionamento equipamentos de medição para monitoramento contínuo da vazão captada e/ou lançada e transmitir à ANA a Declaração Anual de Uso de Recursos Hídricos - DAURH contendo a relação dos volumes mensais acumulados medidos no ano anterior, até 31 de janeiro de cada ano, por meio do CNARH, disponível no site: <http://cnarh.ana.gov.br>, além de cumprir as demais disposições da Resolução nº 782, de 27 de outubro de 2009.

Art. 2º A outorga, objeto desta Resolução, vigorará pelo prazo de 20 (vinte) anos.

Art. 3º A Outorgada deverá cumprir, naquilo que lhe couber, o disposto na Resolução ANA nº 833, de 05 de dezembro de 2011, publicada no DOU em 09/12/2011.

Art. 4º Esta Resolução revoga, em todos os efeitos legais, a Resolução ANA nº 182, de 22 de abril de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 27 de abril de 2010, seção 1, página 72.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Lopes Viana

Fonte: <http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2012/72-2012.pdf>

Maria Tereza Lara, presidente - Rogério Correia - Liza Prado.

**ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/11/2014**

Às 11h3min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR) e os deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cabo Júlio e Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo*, nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Marcelo Mattar Diniz, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais (24/10/2014); Oliveira Santiago Maciel, chefe da Polícia Civil; Rogério de Melo Franco Assis Araújo, delegado-geral de Polícia; Marco Antônio Rebelo Romanelli, secretário de Defesa Social (30/10/2014); das Sras. Juliana de Paula S. Miranda, secretária-geral do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Timóteo; Maria Coeli Simões Pires, secretária de Casa Civil; Josué Costa Valadão, secretário municipal de Governo de Belo Horizonte; José Fernando Maia Vinagre, corregedor do Conselho Federal de Medicina; Oliveira Santiago Maciel, chefe da Polícia Civil; e Antonio Gama Junior, subcorregedor-geral da Polícia Civil; do Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, chefe da Assessoria Institucional da PMMG; do Cel. PM Renato Batista Carvalhais, corregedor da PMMG; e do Sr. Fábio Caldeira, ouvidor-geral do Estado (1º/11/2014). O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.806/2013, no 1º turno, do qual designou como relator o deputado Rogério Correia. Registra-se a presença da deputada Maria Tereza Lara. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.712/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados - Fbac - e à Coordenação do Projeto Novos Rumos, do Tribunal de Justiça, pedido de providências para a implantação de unidade conjunta da Apac a fim de atender às Comarcas de Aimorés e Resplendor;

nº 10.713/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à secretária de Estado de Defesa Social pedido de providências para que a cadeia pública de Aimorés seja administrada pela Subsecretaria de Estado de Administração Prisional;



nº 10.714/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Coordenação do Projeto Novos Rumos e à Febac as notas taquigráficas da 38ª Reunião Extraordinária desta comissão, realizada em Aimorés;

nº 10.715/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a criação por decreto do Parque Nacional da Serra da Gandarela;

nº 10.716/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Sr. Carlos Frederico Gusman Pereira, servidor público, pelos 35 anos de trabalho prestados a esta Casa;

nº 10.717/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Reitoria da Universidade Federal de Viçosa pedido de providências com vistas a efetivar a doação de uma área de 5.000m<sup>2</sup> à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados desse município, visando à construção de um novo centro de reintegração social para recuperandos do sexo masculino;

nº 10.718/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Reitoria da Universidade Federal de Viçosa pedido de providências para fortalecer o apoio à Apac do município, especialmente com o objetivo de fomentar e intermediar a contratação dos recuperandos pelas empresas terceirizadas da universidade;

nº 10.719/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao prefeito municipal de Viçosa e ao presidente da Câmara Municipal de Viçosa pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 43ª Reunião Extraordinária desta comissão, com vistas a destinarem eventual excesso da verba anual concernente ao Poder Legislativo Municipal à edificação de uma padaria, a ser construída nos fundos do prédio do centro de reintegração social masculino;

nº 10.720/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado aos candidatos à reitor da Universidade Federal de Viçosa pedido de providências para assumirem o compromisso de, no eventual exercício do cargo, efetivarem a doação de uma área de 5.000m<sup>2</sup> à Apac do município, visando à construção de um novo centro de reintegração social para recuperandos do sexo masculino;

nº 10.721/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita ao presidente desta Casa a inserção nos Anais da ALMG dos documentos referentes ao Sr. Clodesmidt Riane, ex-deputado estadual, encaminhados a esta comissão por meio de correspondência assinada pelo próprio ex-deputado, com o escopo de subsidiar as discussões sobre as perseguições a sindicalistas no período da ditadura;

nº 10.722/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhados à Comissão da Verdade de Minas Gerais os documentos referentes ao Sr. Clodesmidt Riane, ex-deputado estadual, encaminhados a esta comissão por meio de correspondência assinada pelo próprio ex-deputado, com o escopo de subsidiar as discussões sobre as perseguições a sindicalistas no período da ditadura;

nº 10.723/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas ao Sr. Herman Benjamin, ministro do Superior Tribunal de Justiça, as notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária desta comissão;

nº 10.724/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Justiça, à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, à Superintendência Regional da Polícia Federal; à Procuradoria da República em Minas Gerais; à Defensoria Pública da União em Minas Gerais e à Corregedoria-Geral de Polícia Federal pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária desta comissão, realizada em 10/9/2014, para garantir-se o integral cumprimento do Termo de Acordo nº 29/2012, firmado entre a Federação Nacional dos Policiais Federais e a União, bem como da posterior decisão judicial que determinou fossem identificados e extintos todos os processos administrativos disciplinares instaurados contra servidores em decorrência de participação no movimento grevista da categoria deflagrado no ano de 2012;

nº 10.725/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 20ª Reunião Ordinária desta comissão, para que seja designada uma comissão específica para realizar visitas e oitivas de policiais federais no Estado, a fim de averiguar a situação dos servidores e intervir na defesa de seus direitos e na resolução dos impasses no Estado;

nº 10.726/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas ao Sindicato dos Policiais Federais no Estado de Minas Gerais as notas taquigráficas da 21ª Reunião Ordinária desta comissão;

nº 10.727/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral do Ministério Público pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, com vistas à apuração de possível falta funcional cometida pela Sra. Renata Cerqueira da Rocha Limones Monteiro, promotora de justiça na Comarca de Açucena, por agir contra o direito de livre manifestação dos moradores das comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente, e por requisitar ilegalmente a prisão de pessoas que se manifestavam na Rodovia LMG-758;

nº 10.728/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Luiz Moreira Gomes Júnior, conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, com vistas à apuração de possível falta funcional cometida pela Sra. Renata Cerqueira da Rocha Limones Monteiro, promotora de justiça na Comarca de Açucena, por agir contra o direito de livre manifestação dos moradores das comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente, e por requisitar ilegalmente a prisão de pessoas que se manifestavam na Rodovia LMG-758;

nº 10.729/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Justiça pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, com vistas à apuração de possível falta funcional cometida pelo Sr. Jeferson Val Iwassaki, juiz de direito na Comarca de Açucena, por agir contra o direito de livre manifestação dos moradores das comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente, e por decretar ilegalmente a prisão de pessoas que se manifestavam na Rodovia LMG-758;

nº 10.730/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, com vistas à apuração de possível



falta funcional cometida pelo Ten. PM Gonçalves, da Polícia Rodoviária Estadual em Ipatinga, por agir contra o direito de livre manifestação dos moradores das comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente, por ter mentido às pessoas que se manifestavam na Rodovia LMG-758 e por ter efetuado prisões ilegais dessas pessoas;

nº 10.731/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER-MG - pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, com vistas à abertura de sindicância e processo administrativo para a apuração de possível falta funcional cometida pelo Sr. Nívio Pinto de Lima, coordenador do DER-MG em Coronel Fabriciano, por ameaçar e constranger os moradores das comunidades de Esperança e Eleotério no, no Município de Belo Oriente;

nº 10.732/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Thiago Alves Henriques, delegado de Polícia Civil em Belo Oriente, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, com vistas a dar agilidade à conclusão do inquérito policial aberto em virtude de violações do direito de livre manifestação dos moradores das comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente, as quais culminaram na prisão ilegal de pessoas que se manifestavam na Rodovia LMG-758;

nº 10.733/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Transportes e Obras Públicas e ao DER-MG pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, para a urgente instalação de quebra-molas e de redutor eletrônico de velocidade na Rodovia LMG-758, bem como para a construção de ciclovia no trecho de cerca de 10km dessa rodovia com maiores índices de acidentes;

nº 10.734/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhado ao Sr. Jeferson Val Iwassaki, juiz de direito na Comarca de Açucena, e à Sra. Renata Cerqueira da Rocha Limones Monteiro, promotora de justiça na mesma comarca, pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, para que façam uma inspeção judicial nas comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente, visando a conhecerem de perto os problemas resultantes de dezenas de acidentes fatais na Rodovia LMG-758, bem como a se certificarem da ausência de periculosidade da situação a que estão expostos os moradores;

nº 10.735/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam encaminhadas à Associação dos Magistrados do Brasil, à Associação dos Magistrados Mineiros e à Associação Mineira do Ministério Público as notas taquigráficas da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão e sejam formuladas às referidas entidades manifestações de repúdio pela atuação da Sra. Renata Cerqueira da Rocha Limones Monteiro, promotora de justiça na Comarca de Açucena, e do Sr. Jeferson Val Iwassaki, juiz de direito na mesma comarca, em episódio recente, no qual agiram contra o direito de livre manifestação dos moradores das comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente;

nº 10.736/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para, em audiência pública, dar continuidade aos debates da 42ª Reunião Extraordinária desta comissão, que discutiu possíveis violações de direitos humanos provocadas pelo intenso tráfego de carretas na Rodovia LMG-758, que cruza as comunidades de Esperança e Eleotério, no Município de Belo Oriente;

nº 10.737/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o assassinato de Cleomar Rodrigues de Almeida, dirigente da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas e Bahia, no dia 22/10/2014, no Município de Pedras de Maria da Cruz;

nº 10.738/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a mudança no cronograma de nomeações do concurso para o cargo de agente de segurança penitenciário e para obter esclarecimentos sobre o assunto;

nº 10.739/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, os conflitos agrários no Município de Jequitai;

nº 10.740/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria da Polícia Militar pedido de providências com vistas à abertura de inquérito policial militar e procedimento administrativo disciplinar para apurar denúncia de estupro em desfavor do Maj. PM Fernando Alexandre de Souza, lotado na sede da 17ª Região de Polícia Militar, em Pouso Alegre;

nº 10.741/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o assédio moral nas escolas localizadas no Estado, bem como a relação entre tal situação e as doenças que acometem os trabalhadores em educação;

nº 10.742/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao superintendente-geral da Polícia Civil pedido de providências com vistas à abertura de inquérito policial para apurar denúncia de estupro em desfavor do Maj. PM Fernando Alexandre de Souza, lotado na sede da 17ª Região de Polícia Militar, em Pouso Alegre, e para dar agilidade às apurações, caso o procedimento já tenha sido instaurado;

nº 10.743/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao procurador-geral de justiça pedido de providências com vistas à designação de representante da Procuradoria de Defesa da Criança e do Adolescente para acompanhar todos os procedimentos investigativos e disciplinares instaurados em face de denúncia de estupro em desfavor do Maj. PM Fernando Alexandre de Souza, lotado na sede da 17ª Região de Polícia Militar, em Pouso Alegre, e para verificar a permanência ou não do policial militar nos quadros da corporação;

nº 10.744/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião no Município de Grão-Mogol, para debater, em audiência pública, a situação das terras devolutas na região;

nº 10.745/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião, em caráter de urgência, para debater em audiência pública os atos de perseguição, assédio moral e grave violação de direitos humanos praticados contra o Cb. PM Fábio Sérgio dos Santos no âmbito do 47º Batalhão de Polícia Militar;

nº 10.746/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais e à Procuradoria-Geral do Ministério Público pedido de providências para apurar denúncia de mau uso de recursos



públicos por parte do governo do Estado em campanha publicitária que informou de forma equivocada à população que o governo pagava o valor de R\$60,63 por hora-aula aos professores mineiros, enquanto o valor correto é de R\$13,48, conforme errata do próprio governo publicada em 22/10/2014;

nº 10.747/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado aos Srs. Fernando Pimentel, governador eleito do Estado, e Marco Antônio Rezende, coordenador da equipe de transição de governo, pedido de providências para que seja discutido o problema da violência contra profissionais da educação, com posterior elaboração de um programa de governo para enfrentamento e prevenção dessa violência;

nº 10.748/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências, acompanhado de documentos apresentados à Comissão de Direitos Humanos e do trecho das notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de Demarly Maria Gonçalves, para averiguar suposta violação de direitos e injusta coação praticada por servidores da Secretaria de Administração Regional Municipal Norte em face da denunciante, bem como para envidar esforços na busca de solução para o débito fiscal noticiado, considerando-se a frágil condição de saúde e a difícil condição financeira da executada;

nº 10.749/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja formulada manifestação de repúdio ao governo do Estado por ter iniciado no dia 19/10/2014 campanha publicitária que informou de forma equivocada à população que pagava o valor de R\$60,63 por hora-aula aos professores mineiros, enquanto o valor correto é de R\$13,48, conforme errata do próprio governo publicada em 22/10/2014;

nº 10.750/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil pedido de providências, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária desta comissão que contém denúncias do Sr. José César de Souza Vieira, para averiguar, em caráter de urgência, tais denúncias, relativas a supostas ameaças de morte e agressões físicas e morais feitas a ele e a outros policiais à paisana, por motivações eleitorais, e de cópias dos documentos que menciona;

nº 10.752/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado pedido de providências, acompanhado de documentos apresentados a esta comissão e do trecho das notas taquigráficas da 24ª Reunião Ordinária desta comissão em que consta o relato de Demarly Maria Gonçalves, para averiguar suposta violação de direitos e injusta coação praticada por servidores da Secretaria de Administração Regional Municipal Norte em face da denunciante, bem como para realizar o devido acompanhamento da denúncia com a interposição das medidas administrativas e judiciais cabíveis;

nº 10.753/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional da Polícia Federal, à Ouvidoria de Polícia, à Corregedoria-Geral da Polícia Civil, à Chefia da Polícia Civil, à Procuradoria-Geral do Ministério Público e à Procuradoria Regional da República da 1ª Região pedido de providências, acompanhado do trecho das notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária desta comissão que contém denúncias do Sr. José César de Souza Vieira, para averiguar, em caráter de urgência, tais denúncias, relativas a supostas ameaças de morte e agressões físicas e morais feitas a ele e a outros policiais à paisana, por motivações eleitorais, e de cópias dos documentos que menciona;

nº 10.754/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à presidente do Tribunal de Contas pedido de informações sobre os motivos pelos quais o portal do órgão ficou indisponível nas datas de 14 e 15/10/2014, especialmente o sistema Fiscalizando com o TCE, bem como sobre a obstrução do acesso aos dados concernentes aos investimentos do Estado nas áreas de educação e saúde nos últimos anos;

nº 10.755/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado aos convidados presentes e ausentes na 23ª Reunião Ordinária desta comissão pedido de providências para que seja solucionada a situação dos barraqueiros do entorno do Mineirão, conforme acordo já firmado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, acompanhado das notas taquigráficas dessa reunião;

nº 10.756/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça pedido de providências para regularizar, o quanto antes, o número de promotores de justiça que atuam na Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Controle Externo das Atividades Policiais, dada a relevância de sua atuação e de sua presença em diversas frentes e situações hoje no Estado, inclusive junto a esta comissão;

nº 10.757/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e à Secretaria Regional da Pampulha pedido de providências para agilizar a resposta à Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Controle Externo das Atividades Policiais em relação ao Procedimento Preparatório nº 0024.13.001.216-4, instruído pela referida promotoria, o qual questiona o procedimento de licenciamento dos 96 associados da Associação dos Barraqueiros da Área Externa do Mineirão;

nº 10.758/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita a constituição de grupo de trabalho, coordenado por esta comissão e formado pelos convidados da 23ª Reunião Ordinária desta comissão, com a finalidade de acompanhar os problemas dos antigos barraqueiros do entorno do Mineirão e de buscar soluções para esses problemas;

nº 10.759/2014, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada reunião para debater amplamente o assédio moral nas escolas do Estado, bem como a relação entre tal situação e as doenças que acometem os trabalhadores em educação;

nº 10.760/2014, dos deputados Rogério Correia e Durval Ângelo, em que solicitam seja formulada manifestação de apoio à Sra. Cleide Donária, candidata ao governo do Estado, que foi fortemente agredida durante sua campanha e sofreu discriminação de raça e gênero em razão de sua defesa da desmilitarização da Polícia Militar;

nº 10.761/2014, dos deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, em que solicitam sejam encaminhados à Secretaria de Estado de Defesa Social, ao Comando-Geral da Polícia Militar, à Corregedoria da Polícia Militar e à Ouvidoria de Polícia pedido de providências para apuração das denúncias de abuso de autoridade, violência física e invasão de propriedade constantes nos Reds nºs 2014-008682291-001 e 2013-015472142-001 e no termo de depoimento prestado à autoridade policial, apresentadas pela Sra. Maria



Nívia Gomes Pereira e pelos Srs. Aldenir Gomes da Silva e Aderino Gomes da Silva, moradores da Comunidade de Santa Rosa Ribeirão, no Município de Salinas, e o trecho das notas taquigráficas da 23ª Reunião Ordinária desta comissão que contém essas denúncias;

nº 10.762/2014, dos deputados Durval Ângelo e Rogério Correia, em que solicitam seja constituída comissão composta por membros desta comissão, membros do Sind-UTE-MG e representantes dos trabalhadores em educação incluídos na Lei Complementar nº 100, de 2007, com vistas a acompanhar, especialmente após o período eleitoral, os desdobramentos da decisão proferida pelo STF, de modo a garantir os direitos dos trabalhadores, incluindo a criação das reais condições para sua manutenção nos postos de trabalho, com o cumprimento pelo Estado de seus deveres previdenciários, e sua participação nos espaços de debate e decisão das questões inerentes à categoria;

nº 10.763/2014, dos deputados Rogério Correia e Sargento Rodrigues e da deputada Luzia Ferreira, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que sejam recontratados os agentes penitenciários que tiveram seus contratos extintos recentemente, como forma de garantir a continuidade dos serviços no sistema prisional.

Logo após, é aprovado o relatório de visita à Apac de Lagoa da Prata, o qual vai publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata, encerra os trabalhos e desconvoca a reunião de hoje, 6/11/2014, às 14 horas.

Sala das Comissões, 12 de novembro de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Sargento Rodrigues - Doutor Wilson Batista.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Direitos Humanos Local visitado: Apac de Lagoa da Prata Apresentação

A requerimento do deputado Durval Ângelo, a Comissão de Direitos Humanos foi a Lagoa da Prata em 9/9/2014, com a finalidade de conhecer os trabalhos de ressocialização dos recuperandos da Apac local e de ouvir demandas do sistema prisional da região. Além do deputado Durval Ângelo, presidente da comissão, participaram da visita o deputado federal Nilmário Miranda, Francisco José de Miranda, presidente da Apac de Lagoa da Prata, Valdeci Antônio Ferreira, presidente da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – Fbac –, e representantes da comunidade local.

#### Relato

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apac - do Município de Lagoa da Prata é uma entidade civil de direito privado sem fins lucrativos, dedicada à recuperação e à reintegração social dos condenados à prisão. Seu funcionamento é lastreado pelas leis federal e estadual de execução penal, que preconizam a participação da sociedade na gestão da privação de liberdade e do cumprimento de penas. A Apac atua como entidade civil auxiliar dos Poderes Judiciário e Executivo, respectivamente, na execução penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade nos regimes fechado, semiaberto e aberto. O objetivo da entidade é promover a humanização da privação de liberdade, sem perder de vista a finalidade punitiva da pena. Seu propósito principal é evitar a reincidência no crime e oferecer atividades para o condenado se recuperar.

A entidade começou a operar em 2008 e conta atualmente com 22 recuperandos em regime aberto, 26 em semiaberto e 68 em regime fechado, totalizando 116 internos. A Apac, além de manter, com o trabalho dos internos, boa parte de sua sustentabilidade, também presta serviços que atendem a comunidade de Lagoa Prata. Os recuperandos trabalham em oficinas de montagem de rodas de bicicleta, manufatura em madeira e em uma padaria, na qual produzem 85 mil pães por mês, que são vendidos para as escolas públicas do município. Segundo o diretor da unidade, esse relacionamento é porta de entrada para a vida em liberdade, citando como exemplo que 15 recuperandos já foram absorvidos pelo comércio de Lagoa da Prata.

Após a visita, foi realizada audiência pública dentro da unidade, com a participação dos recuperandos. Com presença de representantes dos Correios, foi anunciada possível parceria, por meio da qual a empresa doaria bicicletas e outros produtos úteis para o trabalho dos recuperandos nas oficinas.

#### Conclusão

No final dos trabalhos, o deputado Durval Ângelo elogiou a administração da Apac de Lagoa da Prata e o engajamento dos recuperandos em sua reinserção social e enfatizou que nas Apacs do Estado os índices de recuperação social (não-reincidência) são de 90%, enquanto no sistema prisional tradicional esse índice não chega a 20%. O presidente da Fbac, Valdeci Antônio Ferreira, acrescentou que nas Apacs mineiras não há registro de morte, suicídio, violência ou rebeliões, o que denota o grande sucesso dessa alternativa de cumprimento da pena privativa de liberdade.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2014.

Durval Ângelo, presidente - Luzia Ferreira - Rogério Correia.

### ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/11/2014

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues e Doutor Wilson Batista (substituindo o deputado Zé Maia, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte



(Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.794/2014, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada reunião da comissão, em caráter de urgência, para debater, em audiência pública, os possíveis atos de abuso de autoridade, excesso de poder e grave violação de direitos humanos praticados pelo Major PM Júlio César de Oliveira Paiva, comandante da 4ª Cia. PM Independente, sediada em Frutal, em desfavor do 1º Ten. PM Kilmer Magno Honório e seu filho Kilmer Albino Souza Honório;

nº 10.795/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam realizadas visita e reunião da comissão no Presídio de Pará de Minas, para debater, em audiência pública, as condições do estabelecimento e possíveis violações de direitos humanos dos presos;

nº 10.796/2014, do deputado Durval Ângelo, em que solicita seja encaminhada à Ouvidoria-Geral do Estado e à Ouvidoria de Polícia moção de aplauso pela realização das Ouvidorias Móveis com a finalidade de receber reclamações, denúncias, sugestões e elogios sobre os serviços prestados pelo Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para as próximas reuniões extraordinárias, a serem realizadas no dia 17/11/2014, às 14 e às 19 horas, com as finalidades de debater a situação das ocupações existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte e apresentar o livro *A Fraternidade como Direito Fundamental entre o Ser e o Dever Ser na Dialética dos Opostos de Hegel*, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.

Durval Ângelo, presidente.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 70ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 18/11/2014

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão do Relatório Final da CPI da Telefonia.

Incluído em ordem do dia nos termos do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.

##### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Arêdes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. (Veda, na eleição da Mesa da Assembleia, a recondução para o mesmo cargo na mesma legislatura.) A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. (Prevê a possibilidade de proposta de emenda à Constituição Estadual de iniciativa popular.) A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. (Considera efetivo o servidor público do Estado que não tenha sido admitido até 5 de novembro de 2007 na forma prevista no art. 37 da Constituição Federal, estável ou não, por efeito do art. 19 do ADCT da Constituição Federal.) A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.604/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 73, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.605/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o convênio ICMS nº 62, de 9 de julho de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.606/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 78/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.607/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 84/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.608/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 88/2014, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 15 de agosto de 2014.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 5.609/2014, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 89, de 15 de agosto de 2014, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 45/2013, do deputado Gustavo Perrella, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. (Inclusão do Município de Jequitibá no Colar Metropolitano.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 755/2011, do deputado Wander Borges, que institui o Dia Estadual de Combate aos Maus Tratos Contra os Idosos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 575/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.



Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.507/2012, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a criação e a transformação de cargos nos quadros de pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça Militar e nas Secretarias de Juízo Militar e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, e pela rejeição do Substitutivo nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

### **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/11/2014**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 4.797/2013, do Tribunal de Justiça; 3.435/2012, do deputado Adalclever Lopes; 4.461/2013 e 5.065/2014 do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.474/2014, do deputado Leonardo Moreira; 5.481/2014, do deputado Lafayette de Andrada; 5.540/2014, do deputado Fred Costa; 5.547, 5.548, 5.549 e 5.551/2014, do deputado Zé Maia; e 5.591 e 5.592/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.469/2012, do deputado Pompílio Canavez; 5.477/2014, do deputado Neider Moreira; 5.478/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes; 5.480/2014, do deputado Cássio Soares; 5.482/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.484/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.486/2014, do deputado Inácio Franco; 5.487/2014, do deputado André Quintão; 5.492/2014, da deputada Maria Tereza Lara; 5.502/2014, do deputado Lafayette de Andrada; 5.503/2014, do deputado Ulysses Gomes; 5.506/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.507/2014, do deputado Bosco; 5.508/2014, da deputada Maria Tereza Lara; 5.517/2014, do deputado Dilzon Melo; 5.521/2014, do deputado Pompílio Canavez; 5.527 e 5.528/2014, do deputado Jayro Lessa; 5.529/2014, do deputado Rogério Correia; 5.531/2014, do deputado Jayro Lessa; 5.533/2014, do deputado Gil Pereira; 5.536/2014, do deputado Rogério Correia; 5.538 e 5.539/2014, do governador do Estado; 5.544 e 5.545/2014, do deputado João Vítor Xavier; 5.552/2014, do deputado Zé Maia; 5.554/2014, do deputado Rômulo Viegas; 5.555/2014, do deputado Fábio Cherem; 5.573/2014, da deputada Luzia Ferreira; 5.588/2014, do deputado Neider Moreira; e 5.589/2014, do deputado Tadeu Martins Leite.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/11/2014**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.743/2013, do deputado Carlos Pimenta.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 8.929/2014, do deputado Bosco.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

### **ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 18/11/2014**

#### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

#### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.160/2014, do deputado Gustavo Valadares; 5.279/2014, do deputado Ivair Nogueira; e 5.320/2014, do deputado Paulo Lamac.

No 2º turno: Projeto de Lei nº 4.183/2013, do deputado Cabo Júlio.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.993/2014, do deputado Gustavo Valadares.



Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.109/2013, do deputado Fabiano Tolentino; 4.291/2013, do deputado Gustavo Corrêa; 4.865/2014, do deputado Duílio de Castro; 4.878/2014, do deputado Tiago Ulisses; e 5.167/2014, do deputado Sávio Souza Cruz.

Requerimentos n°s 8.458/2014, do deputado Duarte Bechir; 8.463/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.572/2014, do deputado Bosco; 8.573/2014, da deputada Liza Prado; e 8.937/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/11/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.792/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.797/2013, do Tribunal de Justiça; e 5.591 e 5.592/2014, do governador do Estado.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/11/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 18/11/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 8.903/2014, da deputada Liza Prado, e 8.913/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 18/11/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 18/11/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 19/11/2014**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Audiência pública para apresentação dos relatórios de gestão de recursos do SUS em Minas Gerais referentes a 1º e 2º quadrimestres de 2014, nos termos do art. 36, § 5º da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Especial da Assembleia Legislativa**

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembleia para as 20 horas do dia 18 de novembro de 2014, destinada a comemorar o bicentenário de morte de Aleijadinho e o Dia do Barroco Mineiro.

Palácio da Inconfidência, 17 de novembro de 2014.

Dinis Pinheiro, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Cultura**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Luzia Ferreira e os deputados Carlos Mosconi, Luiz Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 18/11/2014, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 8.916/2014, do deputado Alencar da Silveira Jr., e 8.930/2014, do deputado Anselmo José Domingos, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.

Elismar Prado, presidente.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Sargento Rodrigues, Cabo Júlio, Lafayette de Andrada e Leonardo Moreira, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 20/11/2014, às 10 horas, na Câmara Municipal de Brumadinho, com a finalidade de debater, em audiência pública, o crescimento da violência e a possibilidade de aumento do efetivo policial no Município e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.

João Leite, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.291/2013****Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas****Relatório**

De autoria do deputado Gustavo Corrêa, esse projeto objetiva dar a denominação de Rui Miguel dos Santos à Rodovia Caminho de Minas, no entroncamento da MG-446 à Mata do Sino, no Município de Juruáia.

A proposição foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, e à Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas.

Na reunião do dia 6/8/2013, a Comissão de Constituição e Justiça solicitou, nos termos do art. 30 do Regimento Interno, fosse a proposição encaminhada à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, para que esta enviasse informações sobre o trecho. De posse das respostas, apreciou os aspectos jurídico, constitucional e legal da matéria, apresentando a Emenda nº 1.

Em reunião do dia 15/4/2014, a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas baixou o projeto em diligência à Prefeitura de Juruáia para que se manifestasse sobre a denominação de acordo com a Nota Técnica do Departamento de Estrada de Rodagem de Minas Gerais – DER-MG.

Passamos à análise da matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “b”, do Regimento Interno.

**Fundamentação**

A proposição visa a denominar como Rui Miguel dos Santos a Rodovia Caminhos de Minas, no entroncamento da MG-446 à Mata do Sino.

A Comissão de Constituição e Justiça ressaltou em seu parecer que a denominação de próprios públicos não constitui assunto de competência privativa da união ou do município, podendo ser objeto de disciplinamento jurídico por parte do estado membro. A Lei nº 13.408, de 1999, atribui ao Legislativo a competência de dispor sobre a matéria, determinando que a escolha incidirá em nome de pessoa falecida que tenha prestado relevantes serviços à coletividade, em evento de valor artístico, efeméride, acidente geográfico ou outras referências às tradições históricas e culturais do Estado.



Relatou ainda que, em resposta à diligência, a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais declarou-se favorável ao projeto em pauta, em consonância com a nota técnica do DER-MG, de 24/7/2013, que assevera que o trecho não possui denominação oficial e recomenda consulta ao Município de Juruáia.

Em resposta à diligência, a Prefeitura de Juruáia informou que denominou, por meio da Lei nº 980, de 21/3/2007, o Plenário da Câmara Municipal de Rui Miguel dos Santos, pois o homenageado era um homem público honesto, idealista e excelente cidadão, lutando pela melhoria e desenvolvimento de sua região.

#### **Conclusão**

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.291/2013, com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça. Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.  
Adalclever Lopes, presidente e relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.411/2014**

#### **Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo**

##### **Relatório**

De autoria do deputado Cássio Soares, esse projeto visa a declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Itaú de Minas, com sede no Município de Itaú de Minas.

A matéria foi publicada no Diário do Legislativo de 7/8/2014 e distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e à Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo.

Na análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição, com a Emenda nº 1, que apresentou. Cabe-nos, agora, analisar o mérito do projeto, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, XIII, do Regimento Interno.

##### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 5.411/2014 tem por finalidade declarar de utilidade pública a Associação Comercial e Industrial de Itaú de Minas – Aceim –, com sede no Município de Itaú de Minas.

Conforme informou o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública estão enunciados no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998. Ainda, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no referido dispositivo, ficando comprovado que a entidade é dotada de personalidade jurídica, funciona há mais de um ano e sua diretoria é formada por pessoas idôneas e não remuneradas pelo exercício de suas funções. Para adequar a denominação da entidade ao seu ato constitutivo, apresentou a Emenda nº 1.

No tocante ao mérito, conforme o sítio eletrônico [www.aciim.com.br](http://www.aciim.com.br), a Aceim foi fundada em 1º de outubro de 1986, com o objetivo de promover o fortalecimento, a integração, o desenvolvimento e a defesa da classe empresarial, especialmente de seus associados, por meio da prestação de serviços de orientação e representação e do fomento à inclusão social da comunidade local, e congrega atualmente empresas de 34 ramos de atividade econômica.

##### **Conclusão**

Somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.411/2014, com a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça. Sala das Comissões, 17 de novembro de 2014.  
Dalmo Ribeiro Silva, relator.



### **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

#### **ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 17/11/2014, o Presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c o art. 133, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos das Leis nºs 8.443, de 6/10/1983, 15.014, de 15/1/2004, 16.833, de 20/7/2007, 17.637, de 14/7/2008, 18.803, de 31/3/2010, 19.838, de 2/12/2011, 20.337, de 2/8/2012, 20.693, de 22/5/2013, 21.236, de 19/5/2014, das Leis Complementares nºs 64, de 25/3/2002, e 100, de 5/11/2007, das Deliberações da Mesa nºs 2.420, de 3/6/2008, e 2.592, de 9/6/2014, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 17/11/2014, a servidora Suely Nogueira da Silva, inscrita no CPF sob o nº 413.759.716-20, ocupante do cargo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-48, classe Especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.